

Processo nº: 1.148.147
Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal
Relator: Conselheiro em Exercício Adonias Monteiro
Jurisdicionado: Município de Januária
Exercício: 2022
Responsável: Maurício Almeida do Nascimento

Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador-Geral,

1. O Tribunal de Contas, na sessão de 17/6/2025, emitiu Parecer Prévio pela aprovação, com ressalva, das contas de governo. Na sequência, o presidente da Câmara municipal foi comunicado para o julgamento previsto no art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.
2. Vieram os autos a este Ministério Público de Contas para análise da legalidade do referido julgamento.
3. O Legislativo municipal, composto de 15 (quinze) vereadores, julgou as referidas contas na sessão do dia 24/11/2025, conforme Ata e Resolução nº 5/2025.
4. Com a presença de 13 (treze) edis, as contas foram aprovadas por unanimidade de votos, não acompanhando, com quórum qualificado, o Parecer Prévio do Tribunal.
5. Considerando que o julgamento realizado pelo Legislativo municipal atendeu aos preceitos legais, em especial ao art. 31 da CR/88 c/c o art. 44 da Lei Complementar estadual nº 102/08, verifica-se que o processo encontra-se apto a ser encaminhado ao arquivo.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2026.

Maria Carmem Reis Almeida de Castro - Coordenadora

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)

Processo nº: 1.148.147
Natureza: Prestação de Contas do Executivo Municipal
Relator: Conselheiro em Exercício Adonias Monteiro
Jurisdicionado: Município de Januária
Exercício: 2022
Responsável: Maurício Almeida do Nascimento

À Coordenadoria de Arquivo e Gestão de Documentos,

Tendo em vista que, após análise técnica da documentação acostada, restou constatado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas que o julgamento realizado pelo Legislativo municipal atendeu aos preceitos legais, este *Parquet* Especial remete os presentes autos a essa unidade para arquivamento.

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2026.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)